

Tarcísio quer licença para privatizar Sabesp em dezembro, mas estudos só vêm em janeiro

O governo de São Paulo deve aprovar na Assembleia Legislativa a autorização para privatizar a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) sem divulgar números de quanto deve arrecadar para os cofres públicos com a medida.

Além disso, também não há detalhes sobre a suposta redução da tarifa caso a companhia vá para o controle privado, um dos argumentos principais usados pela gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) para justificar a venda.

O projeto que autoriza a desestatização da companhia deve ir à votação no começo de dezembro, nas contas dos parlamentares, e o governo tem maioria para aprovar a proposta na Assembleia.

Mas ainda não é possí-

vel saber quanto a venda vai reverter em dinheiro para o estado. O governo diz que os estudos que vão detalhar os valores saem só em janeiro.

A oposição critica o expediente acelerado, e especialistas divergem entre quem diz que o projeto é um cheque em branco para o governo e quem defende que a autorização da Alesp não demanda esse detalhamento.

A ideia do governo é diluir a participação do estado na empresa, hoje de 50,3%, para uma fatia entre 15% e 30%, mas deve aprovar o projeto antes de detalhar qual será a participação -impossibilitando assim o cálculo da arrecadação possível. Também há detalhes de qual será o valor de referência da oferta pública das ações antes de encaminhar o projeto para discussão.

Em conversa com jor-

nalistas na quinta (16) após audiência pública na Assembleia, a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Natália Resende, afirmou que a participação final do governo na companhia será definida pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização, que fará a modelagem da privatização.

Questionada sobre qual a estimativa de arrecadação, ela afirmou que "isso é também o que a gente está estudando agora". Como a empresa hoje tem 49,7% das ações listadas na bolsa, afirmou, o governo "sempre tem o cuidado de passar as novas informações junto com fatos relevantes para ter o cuidado com a CVM [Comissão de Valores Mobiliários]", evitando responder à pergunta da reportagem.

Thiago Amâncio/Folhapress



Economia



Mesmo com dificuldades, é importante insistir na meta fiscal, diz Campos Neto

Página - 03

Empregabilidade na área da energia renovável cresce, mas falta mão de obra qualificada, diz relatório

Página - 03



Após faturar R\$ 250 milhões com o Carmed, Cimed aposta num espaço de experiência com o brilho labial

Página - 05

66% das compras de dermocosméticos são por indicação médica

Página - 05



Política

Lula: drama humanitário vem da falência de organismos internacionais

Página - 04

Moraes admite erro, mas mantém pena de 17 anos em voto contra réu do 8/1

Página - 04

No Mundo

Milei e Massa vão de dólar a aposta no clima para estancar crise argentina



A vida do argentino nos últimos meses virou esperar. No geral, ninguém se arrisca a fazer grandes negócios ou tomar grandes decisões antes que se resolva, no domingo (19), quem será o novo presidente do país. Isso porque o futuro do dinheiro da população depende de qual plano o vencedor aplicará. Para conter uma inflação anual de 143%

Até agora, o governo peronista do impopular Alberto Fernández vem levando a situação com medidas paliativas, em um cenário no qual seu ministro da Economia, Sergio Massa, é candidato a sucedê-lo e, na prática, quem gere o país há alguns meses.

Do outro lado, o deputado ultraliberal Javier Milei, que promete mudanças radicais.

O ex-professor de economia tem como principais propostas dolarizar a Argentina, eliminar o Banco Central e reduzir drasticamente o Estado. Já o peronista e político de carreira propõe continuidade, apostando na melhoria das exportações de alguns setores para conseguir mais dólares e segurar os preços.

Os dois, porém, ainda deixam muitas dúvidas sobre como vão equilibrar as contas sem antes empobrecer ainda mais uma população que vê seu salário derreter. Sob temor de desgaste, ambos evitaram, até aqui, anunciar

um nome para o ministério mais importante da Argentina Massa afirmou apenas que chamará alguém de fora de sua força política.

Abaixo, veja o que cada um propõe para resolver a crise, em três principais eixos.

O plano de Milei é baseado no livro “Dolarização”, do economista Emilio Ocampo, anunciado como o homem que assumirá e fechará o Banco Central em seu eventual governo. Ele planeja um modelo de livre concorrência entre as moedas, como ocorreu em El Salvador, ou seja, que o peso continue coexistindo com o dólar moeda já bastante usada pelos argentinos até uma transição total.

Júlia Brabon/Folhapress

Israel já prepara ação terrestre contra o resto da Faixa de Gaza



O Exército de Israel diz estar perto do fim de suas operações terrestres contra o Hamas no norte da Faixa de Gaza, e já avisou seus soldados de que elas deverão se estender a outras regiões do território que era controlado desde 2007 pelo grupo terrorista palestino.

Ao mesmo tempo, sob intensa pressão internacional pela crise humanitária resultante de sua guerra, Tel Aviv aprovou na sexta (17) a entrada diária de dois caminhões de combustível vindos do Egito para as unidades da ONU dentro de Gaza.

A medida foi criticada pela ala radical de direita do governo de Binyamin Ne-

tanyahu. O premiê tenta ganhar tempo para ir em frente em seu plano de desabilitar o Hamas, cujo mega-ataque do dia 7 de outubro matou ao menos 1.200 pessoas e fez explodir o novo conflito no Oriente Médio. A questão da proporcionalidade está no centro das críticas: os palestinos contam 11,5 mil mortos até aqui.

O próprio Netanyahu disse que não conseguiu evitar as baixas civis. Na prática, nada muda, como uma fala do chefe do Estado-Maior da Forças de Defesa de Israel, general Herzi Halevi, a militares dentro de Gaza na sexta.

“Nós estamos próximos de dismantelar o sistema militar que havia no norte da

Faixa de Gaza. Embora ainda haja trabalho para completar, estamos próximos disso. Vamos continuar operando dentro de Gaza e, até onde sabemos, mais e mais regiões [serão atingidas], sistematicamente eliminando comandantes, erradicando infraestrutura”, afirmou a soldados da 36ª e 252ª Divisões do Exército.

Como isso ocorrerá sem incorrer em mais mortes de civis é incerto e, provavelmente, impossível. No dia 13 de outubro, Israel deu um ultimato para que moradores da metade norte da faixa, incluindo a capital homônima, fossem para o sul, concentrando-se em cidades como Khan Yunis e Rafah.

Igor Gielow/Folhapress

Netanyahu diz que havia ‘fortes indícios’ sobre reféns mantidos no maior hospital de Gaza

O primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, disse que havia “fortes indícios” de que reféns capturados pelo Hamas eram mantidos no hospital al-Shifa, o maior da Faixa de Gaza. Militares de Israel invadiram o local na quarta (15), o que motivou mais críticas às ações do país no território palestino.

Segundo Netanyahu, os reféns foram retirados às pressas do hospital antes da chegada dos soldados. Em entrevista à rede americana CBS transmitida na quinta (16), ele afirmou que a inteligência israelense tem novas informações sobre as vítimas, mas que não iria revelar detalhes para não interferir nas operações.

As tropas de Israel disseram que encontraram dois reféns mortos nas proximidades do Shifa. Dentro do hospital, afirmaram terem apreendido armas, granadas e coletes balísticos que se-

riam usados por integrantes do Hamas. As informações não puderam ser verificadas de forma independente.

Netanyahu afirmou que as tropas israelenses coletaram “evidências concretas” da utilização do Shifa para fins militares. O premiê disse que os soldados também encontraram, em um local abaixo do hospital, um posto de comando com “comunicações militares, equipamento codificado, bombas e mais armas”. Os terroristas, segundo ele, teriam fugido quando as forças israelenses estavam se aproximando.

Os integrantes do Hamas levaram mais de 200 reféns para Gaza no dia 7 de outubro, quando extremistas romperam barreiras e fizeram o maior ataque terrorista dos 75 anos de história israelense. Um mês depois do atentado que deu início à guerra Israel-Hamas, a situação das vítimas vive um impasse.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Mesmo com dificuldades, é importante insistir na meta fiscal, diz Campos Neto



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou que é importante o governo manter a meta de zerar o déficit das contas públicas no próximo ano, mesmo que o mercado desacredite. Segundo ele, mesmo com as dificuldades, o governo tem feito “um bom trabalho”.

“A nossa posição é de que é importante manter a meta. O mercado acredita sobre a dificuldade, mas é importante insistir. É um trabalho muito grande, mas o arcabouço fiscal já tem previsão de quando não cumpre as metas. Acho que é importante seguir na meta, e mostrar que independentemente das dificuldades, de aprovações no Congresso,

é importante insistir. Tenho me juntando ao coro da Fazenda”, disse na sexta-feira (14) no seminário E agora, Brasil?, promovido pelo Jornal Valor Econômico.

Campos Neto ainda frisou que, apesar do montante de receitas para zerar o déficit nas contas públicas ser “bastante grande”, calculado pela equipe econômica em R\$ 168 bilhões, o governo tem feito um bom trabalho em avançar com as propostas no Congresso Nacional.

“O volume esperado de receitas é bastante grande. Mas o governo tem se esforçado em fazer um arcabouço fiscal em mostrar que existe uma possibilidade de obter receitas fazendo mudanças, correções e distorções na

parte de receita”, disse. O presidente do BC admitiu, no entanto, que os gastos no Brasil ainda são muito grandes. “Mesmo com o arcabouço fiscal, o Brasil tem o maior gasto da América Latina”.

A meta de zerar o déficit das contas públicas foi inserida no projeto de Orçamento enviado ao Congresso Nacional no começo do ano. A empreitada ambiciosa do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, foi posta em cheque pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no final de outubro, quando o petista afirmou que “dificilmente” conseguiria alcançar em 2024.

Após dias de negociação, o governo decidiu manter o compromisso firmado no começo do ano.

BNDES tem alta de 21% no lucro no terceiro trimestre

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) teve lucro líquido recorrente de R\$ 2,9 bilhões no terceiro trimestre de 2023, uma alta de 21,3% ante igual período do ano passado, aponta balanço divulgado pela instituição estatal nesta sexta-feira (17).

O lucro líquido recorrente desconsidera eventos considerados pontuais, que não tendem a se repetir. “O BNDES aumentou o resultado recorrente na sua atividade principal, que é no crédito, na intervenção financeira”, disse Alexandre Abreu, diretor financeiro do banco.

Os desembolsos somaram R\$ 34,8 bilhões no terceiro trimestre de 2023, um aumento de 18,4% ante igual período de 2022. Esse indicador mede os repasses do banco para investimentos em diferentes setores da economia.

O governo Luiz Inácio

Lula da Silva (PT) enxerga a necessidade de ampliação do BNDES como financiador de grandes projetos na economia. Para isso, a atual direção defende uma redução do nível de repasses para o Tesouro Nacional, mas há um desafio no horizonte.

Como a Folha de S.Paulo mostrou, a área técnica do TCU (Tribunal de Contas da União) recomendou a rejeição do pedido do BNDES para rever o cronograma de devolução de repasses feitos pelo Tesouro em gestões anteriores do PT.

O banco pretende dividir em oito parcelas anuais, até 2030, os R\$ 22,6 bilhões que tem de devolver à União neste ano de uma só vez.

O objetivo é manter recursos em caixa para permitir a concessão de novos empréstimos sem o risco de precisar captar recursos no mercado, com custo maior para a instituição.

Leonardo Vieceli/Folhapress



Empregabilidade na área da energia renovável cresce, mas falta mão de obra qualificada, diz relatório



A empregabilidade no setor de energia limpa cresceu 5% entre 2019 e 2022, com mais da metade desse crescimento sendo representado por cinco áreas: energia solar, eólica, veículos elétricos e fabricação de baterias, bombas de calor e mineração de minérios críticos, segundo relatório da Agência Internacional de Energia.

O investimento total em energia verde cresceu 32% no mesmo período. Com esses números, a empregabilidade no setor de energia renovável ultrapassou a de combustíveis fósseis em 2021. Para 2023, a expectativa é que os empregos relacionados à sustentabilidade cresçam em 4.5%.

A China abriga a maior

força de trabalho em energia atualmente, com quase 30% do total global. O país contou com um crescimento de 2 milhões de empregos em energia limpa e uma queda de 600.000 empregos relacionados a combustíveis fósseis.

Atualmente, 60% da força de trabalho de energia da China está empregada em setores limpos, em comparação com pouco mais de 50% em 2019.

Além disso, os setores de fabricação de energia limpa da China empregam cerca de 3 milhões de trabalhadores, sendo responsáveis por 80% dos empregos na fabricação de baterias para veículos elétricos e energia solar fotovoltaica em todo o mundo.

Mesmo com um crescimento na inserção profis-

sional, a escassez de mão de obra qualificada já está afetando o setor. Segundo o relatório, o setor de energia precisa de trabalhadores mais qualificados do que a maioria das outras áreas. Cerca de 36% dos empregos no setor de energia são ocupados por pessoas com alta qualificação, em comparação com 27% nos demais segmentos.

“As ocupações de engenheiros, que representam quase metade dos novos empregos relacionados à energia, estão enfrentando uma escassez particularmente grave, limitando a disponibilidade da mão de obra necessária para instalar tecnologias de energia limpa e reformar edifícios”, indicou o documento.

CNN

Política

Lula: drama humanitário vem da falência de organismos internacionais



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, na sexta-feira (17), que as tragédias humanitárias atuais evidenciam a falência das instituições internacionais. Lula voltou a defender mudanças na governança global durante participação na segunda cúpula virtual Vozes do Sul Global, realizada pelo primeiro-ministro da Índia, Narendra Modi.

Desde que assumiu o mandato, em discursos em diversas instâncias internacionais, Lula vem defendendo que o modelo atual de governança, criado depois da Segunda Guerra Mundial, não representa mais a geopolítica do século 21. Para o presidente, é preciso uma representação adequada de países

emergentes em órgãos como o Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU).

Hoje, esse conselho, com poder de tomar importantes decisões pela paz internacional, reúne apenas Estados Unidos, Rússia, China, França e Reino Unido, que têm poder de vetar decisões da maioria. Atualmente, fazem parte do conselho rotativo Albânia, Brasil, Equador, Gabão, Gana, Japão, Malta, Moçambique, Suíça e Emirados Árabes.

“As tragédias humanitárias a que estamos assistindo evidenciam a falência das instituições internacionais. Por não refletirem a realidade atual, elas perderam efetividade e credibilidade. Em seu mandato no Conselho de Segurança da ONU,

o Brasil tem trabalhado incansavelmente pela paz. Mas as soluções são reiteradamente frustradas pelo direito de veto”, disse Lula.

Para Lula, é necessário que os países resgatem a confiança no multilateralismo. “Precisamos recuperar nossas melhores tradições humanistas. Nada justifica que as principais vítimas dos conflitos sejam mulheres e crianças. É preciso restituir a primazia do direito internacional, inclusive o humanitário, que valha igualmente para todos, sem padrões duplos ou medidas unilaterais”, acrescentou em referência ao conflito entre Israel e o grupo palestino Hamas, na Faixa de Gaza, que já matou quase 5 mil crianças no enclave.

Andreia Verdélio/ABR

Governo publica decreto que cria novo Brasil Mais Produtivo, de digitalização de empresas

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lançou, na sexta-feira (17), o novo programa Brasil Mais Produtivo, para a transformação digital de micro, pequenas e médias indústrias.

Ele já existe desde 2016, mas agora foi remodelado pelo ministério de Indústria, Comércio e Serviços, de Geraldo Alckmin, e sua recriação foi instituída no Diário Oficial da União desta sexta. Agora, também participarão da iniciativa o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), a Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) e a Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial).

De acordo com o próprio decreto de criação, o objetivo do programa é “elevar os níveis de produtividade, de eficiência e de maturidade digital nas empresas brasileiras,

por meio de ações de extensão técnica e tecnológica e consultoria técnica especializada, de difusão de tecnologias voltadas para transformação digital e de concessão de crédito para apoio à digitalização e à inovação”.

O decreto também institui o Comitê de Orientação Estratégica, que vai acompanhar, validar, auxiliar e avaliar os resultados e a execução das medidas do programa.

Segundo o ministério, o Brasil Mais Produtivo terá R\$ 2,037 bilhões para trabalhar com 200 mil empresas, até 2026. A ideia é que, ao terminar o processo de participação no programa, ao menos 8.200 devem ter instalação de sensores digitais na linha de produção, interligação de sistemas por computação em nuvens, utilização de Big Datas, internet das coisas, impressão 3D e inteligência artificial.

Marianna Hollanda/Folhapress



Moraes admite erro, mas mantém pena de 17 anos em voto contra réu do 8/1



O ministro Alexandre de Moraes, relator das ações penais decorrentes dos ataques golpistas de 8 de janeiro no STF (Supremo Tribunal Federal), ajustou seu voto, mas manteve condenação de 17 anos de prisão a Eduardo Zeferino Englert, 42, após a defesa apontar erro no primeiro julgamento.

A nova análise, iniciada na madrugada da sexta-feira (17), ocorre depois de advogados de Englert afirmarem que o réu nunca esteve no quartel-general do Exército antes dos ataques. O argumento foi confirmado pela Polícia Federal após perícia.

Com isso, os votos do julgamento anterior foram zerados.

O julgamento acontece até o dia 24 no sistema virtual da corte, ferramenta na qual os ministros apresentam os seus votos sem discussão presencial, e as sustentações de advogados são protocoladas na forma de vídeo.

“Verificado o erro material, o feito foi por mim retirado de pauta para reincluí-lo nesta sessão de julgamento”, disse Moraes.

Englert é natural de Santa Maria (RS) e foi preso em flagrante no Palácio do Planalto no dia dos ataques.

Moraes tinha julgado procedente a ação e proposto uma condenação de 17 anos

de prisão pelos crimes de abolição violenta do Estado democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado, deterioração do patrimônio tombado e associação criminosa armada.

Na decisão, o ministro dizia ter provas contundentes de que Englert tinha chegado à capital federal no dia 7 de janeiro e ficado no QG do Exército até o dia seguinte.

Também afirmou que a autoria delitiva do réu estava evidenciada e que, ao contrário do que sustenta a defesa, “os elementos probatórios indicam que o acusado teve envolvimento na empreitada criminosa”.

Constança Rezende/Folhapress

Após faturar R\$ 250 milhões com o Carmed, Cimed aposta num espaço de experiência com o brilho labial



A Cimed alcançou a marca de 15 milhões de unidades vendidas de seus hidratantes labiais, gerando um faturamento de R\$ 250 milhões em 2023. A Carmed, linha de brilho labial da empresa, estabelecida em 2017, conquistou a liderança de mercado este ano, impulsionada por parcerias bem-sucedidas com a Fini e a linha BFF, que contou com as populares atrizes Larissa Manoela e Máisa, resultando em grande visibilidade nas redes sociais.

Com o foco na geração Z, público-alvo da marca, a farmacêutica brasileira inaugura o Carmed Club, um espaço interativo no Shopping Bourbon, na zona oeste da capital

paulista. O local, aberto até 25 de novembro, oferece três ambientes para fotos e brindes da marca, visando atrair o público jovem. Com entrada gratuita, a expectativa é receber 2 mil pessoas por dia.

Karla Felmanas, VP da Cimed, destaca que essa é a primeira de uma série de experiências interativas planejadas para estreitar a relação com o público jovem, expandindo além do uso do produto e das interações nas redes sociais.

Com a expectativa de atingir um faturamento de R\$ 3 bilhões em 2023, a Cimed, presente em 90% das farmácias brasileiras, busca inovar no mercado além de vitaminas e genéricos. Os hidratantes labiais Carmed ganharam

destaque nas redes sociais, especialmente no TikTok, impulsionados pela parceria com a Fini. A procura foi tão intensa que o produto se tornou escasso nas primeiras semanas de junho, gerando até vendas em marketplaces por três vezes o valor praticado em farmácias. Em um mês, a Cimed alcançou a marca de R\$ 23,5 milhões em vendas.

João Adibe, CEO da Cimed, ressalta que o Carmed não apenas duplicou as vendas da categoria de hidratantes labiais, que antes era de 1 milhão de unidades por mês, mas também impulsionou a categoria para 3 milhões de unidades mensais, sem afetar a participação de mercado dos concorrentes.

Exame

66% das compras de dermocosméticos são por indicação médica



Os produtos dermocosméticos estão em ascensão no universo da beleza e estão cada vez mais presentes nas rotinas de cuidados com a pele, ocupando espaços significativos nas prateleiras das farmácias.

Atualmente, a comercialização desses itens já representa uma parcela substancial dos lucros das farmácias, proporcionando amplas oportunidades para impulsionar o valor médio das compras e atrair uma clientela mais abrangente.

Segundo dados da Close-Up International, 87% do público consumidor de dermocosméticos é composto por mulheres, sendo a maioria na faixa etária dos 21 aos 40 anos.

Descredenciamentos no Farmácia Popular aumentam em 500%

No início de 2023, o Tribunal de Contas da União conduziu uma auditoria no Programa Farmácia Popular. Em seu relatório conclusivo, o TCU instruiu a Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos a adotar diversas medidas no prazo de 180 dias para aprimorar o programa.

Entre essas medidas, destaca-se a implementação de um monitoramento periódico do programa, com controles preventivos e detectivos, visando evitar possíveis fraudes.

Como resultado, obser-

vou-se um aumento significativo no número de descredenciamentos do programa em 2023, registrando um acréscimo de aproximadamente 500% em comparação com o ano anterior, 2022. Isso evidencia que o Ministério da Saúde intensificou as auditorias nas farmácias associadas ao Programa Farmácia Popular do Brasil (PFPPB).

Em 2022, foram contabilizados 21 descredenciamentos, enquanto até 16 de outubro de 2023, já foram descredenciadas 135 farmácias do Farmácia Popular.

Guia da Farmácia



Entre os entrevistados, 66% adquirem dermocosméticos por recomendação médica, embora apenas 21% apresentem prescrição no momento da compra. Adicionalmente, 34% dos consumidores adquirem esses produtos de forma espontânea.

Independentemente da motivação da compra, seja espontânea ou influenciada por prescrição médica, o segundo fator mais citado pelos entrevistados como motivo para escolher produtos dermocosméticos é a influência de familiares e amigos.

Espumas de limpeza, produtos para cuidados com as mãos e hidratantes com propriedades antioxidantes são os dermocosméticos mais adquiridos de forma espontânea, com taxas de 43%,

39% e 38%, respectivamente.

Por outro lado, os tônicos hidratantes e os shampoos são os itens mais adquiridos por influência ou prescrição médica, com taxas de 78% e 72%, respectivamente.

Paulo Paiva, vice-presidente LATAM da Close-Up International, destaca que “24% dos clientes que exploram a seção de dermocosméticos concretizam a compra de algum produto. No entanto, entre os 76% que não efetuam a compra, 18% possuem uma receita médica. Dessa forma, há uma significativa oportunidade para expandir e incentivar a compra de dermocosméticos nas farmácias, especialmente para um público que já está familiarizado com esses produtos.”

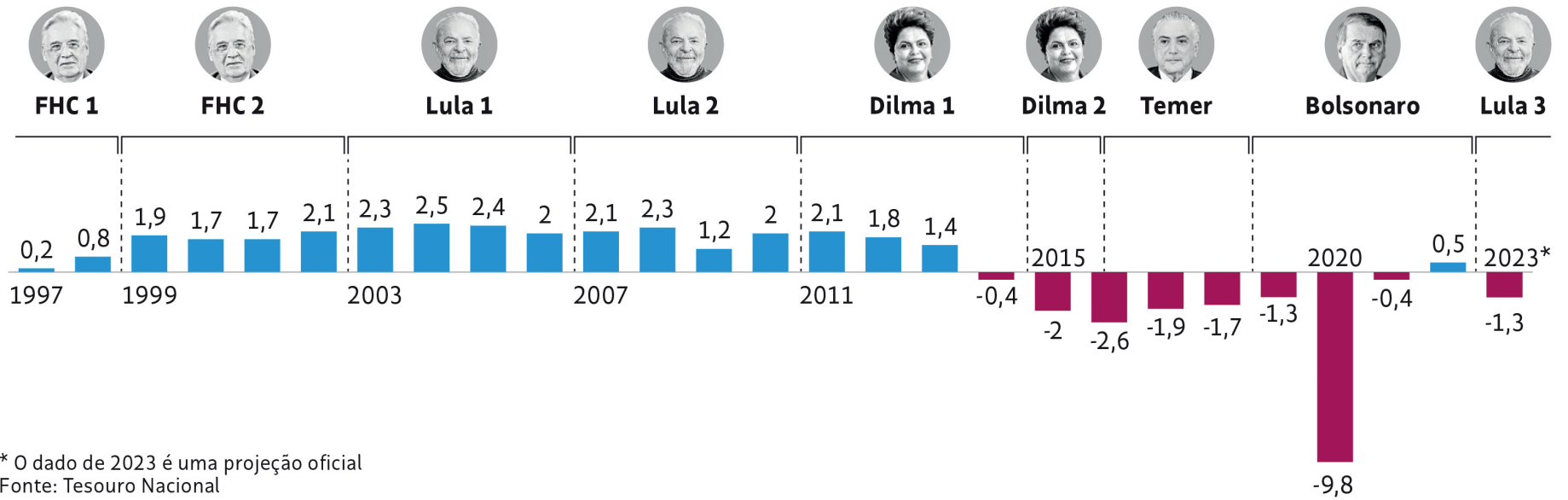
Guia da Farmácia

Meta Fiscal

A evolução da meta fiscal

Resultado primário anual do governo central

Em % do PIB

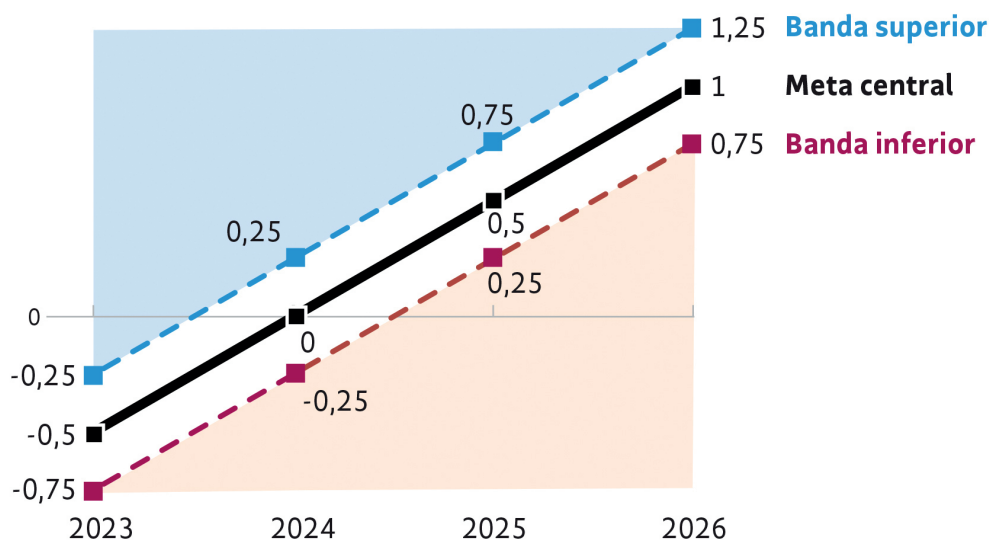


* O dado de 2023 é uma projeção oficial
Fonte: Tesouro Nacional

Metas apresentadas pelo governo

Em % do PIB

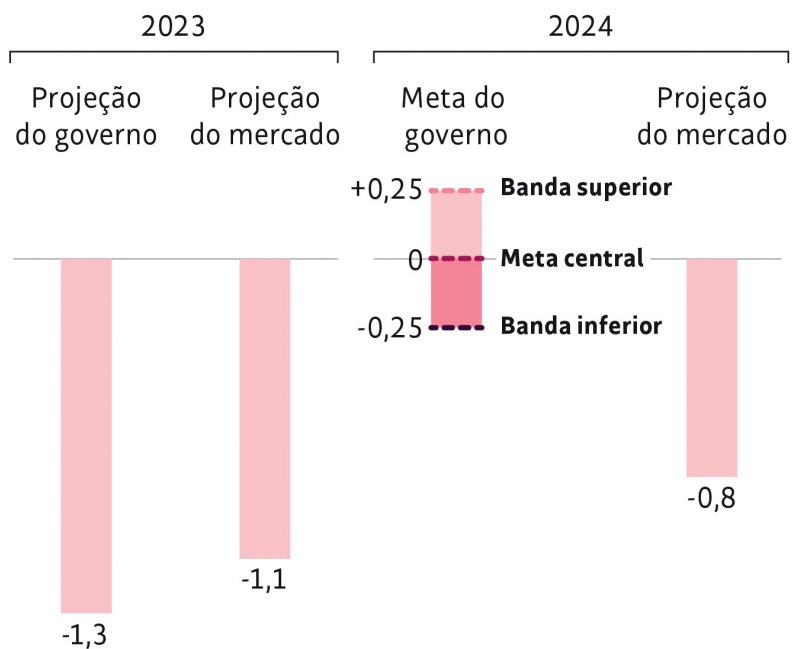
Governo estabeleceu em novo arcabouço fiscal compromisso de melhorar trajetória de resultado primário até 2026, com banda de tolerância para a meta



Fontes: Ministério da Fazenda e Banco Central

Metas de 2023 e 2024

Em % do PIB



Projetos de Haddad para aumentar receitas

Proposta	Status	Precisa ser aprovado em 2023 para valer em 2024?	Arrecadação prevista para 2024 Em R\$ bi
Mudança em subvenções do ICMS	Projeto está na Câmara e MP tramita no Congresso. Líderes aguardam retorno de Haddad sobre esclarecimentos do mérito; ainda não há acordo sobre rito de tramitação (MP ou projeto de lei)	✗	35
Offshores e fundos exclusivos	Projeto foi aprovado na Câmara e agora está na CAE do Senado; sem previsão de votação	✓	20
Fim de JCP	Está na Câmara. Conteúdo pode ser incluído em proposta da subvenção do ICMS	✗	10
Regulamentação de apostas esportivas	Projeto está na CAE do Senado; pode ser votado na CAE e no plenário na terça (21)	✗	1,6



Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As integrais dessas publicações encontram-se disponíveis no site: <https://datamercantil.com.br/publicidade-legal>
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Motrice Soluções em Energia S.A.

CNPJ nº 19.979.490/0001-48

1º Aditamento de Rerratificação ao Instrumento Particular de Escritura de Debêntures Simples Pelo presente instrumento particular, de um lado, **Motrice Soluções em Energia S.A.**, com em São Paulo/SP, CNPJ nº 19.979.490/0001-48, representada na forma de seu estatuto social ("Emissora" ou "Devedora"); e, de outro lado; **Maria Ângela Collier Perrusi Alves**, brasileira, empresária, residente e domiciliada em Cascais, Portugal ("**Maria**"); **Pedro Collier Perrusi Alves**, brasileiro, empresário, residente domiciliado em Madrid, Espanha ("**Pedro**"); e **Henrique Collier Perrusi Alves**, brasileiro, empresário, residente e domiciliado em São Paulo/SP ("**Henrique**") e, quando em conjunto com Maria e Pedro, "Debenturistas"), com a intervenção de, na qualidade de prestadora da Fiança e principal pagadora, **ACP Investimentos e Participações - Eireli**, CNPJ/ME nº 31.747.568/0001-02, com sede e foro em Recife/PE, representada por **Paulo Fernando de Siqueira**, brasileiro, contador, residente e domiciliado em Jaboatão dos Guararapes/PE, ("Garantidora"); Debenturistas em conjunto com a Emissora e a Garantidora denominados, ("**Partes**"), têm justo e contratada a celebração deste 1º Aditamento de Rerratificação ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 1ª Emissão, para Colocação Privada, da **Motrice Soluções em Energia S.A.**, ("**Primeiro Aditamento**") ao "Instrumento Particular de Escritura de Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Flutuante e Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, da 1ª Emissão, para Colocação Privada, da **Motrice Soluções em Energia S.A.**," ("**Escritura de Emissão**"); **Considerando que:** i. as Partes celebraram, em 20/07/2023, a Escritura de Emissão, a qual foi inscrita na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 22/09/2023, sob o nº ED0054306/000, para reger os termos e condições da emissão e colocação das debêntures ali especificadas ("Debêntures"); ii. a emissão das Debêntures ("Emissão") foi aprovada (a) pela AGE da Emissora realizada em 1º de fevereiro de 2023, inscrita na JUCESP em 22/05/2023 sob o nº 203.530/23-8 e publicada no jornal Data Mercantil na Edição dos dias 11, 12 em 13/06/2023 ("**AGE da Emissão**") e; (b) pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da Emissora realizadas em 18 e 19/07/2023 ("**AGEs Retificadoras**") que foram devidamente arquivadas na JUCESP respectivamente em 22/08/2023 sob o nº 339.177/23-8 e em 31/08/2023 sob o nº 351.600/23-1 e publicadas no jornal Data Mercantil respectivamente nas edições do dia 05/10/2023 e do dia 11/10/2023; iii. Por um erro de digitação, algumas das Datas de Pagamento das Debêntures indicadas no Anexo III da Escritura de Emissão foram grafadas erroneamente, fazendo-se, então, necessário retificar o referido Anexo III. Resolvem as Partes celebrar este Primeiro Aditamento, para retificar o Anexo III da Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições: **Cláusula 1ª - Autorização e Requisitos 1.1** O presente Primeiro Aditamento é firmado pela Emissora, com base nas deliberações aprovadas pela AGE da Emissão e pelas AGEs Retificadoras, estando a Diretoria da Emissora plenamente autorizada à prática dos atos objeto do presente instrumento. **1.2** Este Primeiro Aditamento, deverá ser averbado na JUCESP, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações. **Cláusula 2ª - Aditamento em Retificação. 2.1** Tendo em vista que o arquivamento da AGE de Emissão e das AGEs Retificadoras na JUCESP e suas respectivas publicações no jornal Data Mercantil, bem como, a inscrição da Escritura de Emissão na JUCESP foram devidamente realizados e obtidos, resolvem as Partes alterar o Anexo III da Escritura de Emissão, que passa a vigorar com a seguinte e nova redação: (**Anexo III**). **Dados de Pagamentos e Fluxo de Amortização: Data de Pagamento: X; CARÊNCIA 2024; Pagamento de Juros: N/A; Amortização: N/A; (% pagto.): 0%. 1;** 20/07/2026; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 2;** 20/07/2027; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 3;** 20/07/2028; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 4;** 20/07/2029; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 5;** 20/07/2030; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 6;** 20/07/2031; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 7;** 20/07/2032; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 8;** 20/07/2033; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 9;** 20/07/2034; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 10;** 20/07/2035; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 11;** 20/07/2036; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. 12;** 20/07/2037; **Pgto. de Juros: Sim; Amortização: R\$ 6.759.000,00; (% pagto.): 8.3333. Cláusula 3ª - Declarações da Emissora, dos Debenturistas e da Fidora. 3.1** A Emissora, os Debenturistas e a Garantidora, neste ato, reiteram todas as obrigações assumidas e todas as declarações prestadas na Escritura de Emissão, as quais se aplicam a este Primeiro Aditamento e permanecem verdadeiras, corretas e plenamente válidas e eficazes na data deste Primeiro Aditamento, como se aqui estivessem transcritas. **Cláusula 4ª - Retificação e da Escritura de Emissão e Substituição do Seu Anexo III. 4.1** As alterações feitas no Anexo III da Escritura de Emissão por meio deste Primeiro Aditamento não implicam em novação, pelo que permanecem válidas e em vigor todas as obrigações, cláusulas, termos e condições previstos na Escritura de Emissão que não foram expressamente alterados por este Primeiro Aditamento. Dessa forma, o Anexo III da Escritura de Emissão consolidada passa a vigorar conforme redação especificada no item 2.1 acima devendo tal texto substituir integralmente o texto constante do Anexo III original para todos os fins de direito. **Cláusula 5ª - Disposições Gerais. 5.1** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes do presente Primeiro Aditamento. Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão e/ou as Partes será sempre considerado mera liberalidade, não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daí decorrentes. **5.2** O presente Primeiro Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e por seus sucessores, a qualquer título. **5.3** Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro, nas autoridades competentes, deste Primeiro Aditamento serão de responsabilidade exclusiva da Emissora. **5.4** A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desse Primeiro Aditamento não afetará as demais, que permanecerem válidas e eficazes até o cumprimento, pelas Partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. **5.5** Este Primeiro Aditamento é regido pelas Leis da República Federativa do Brasil. **5.6** Este Primeiro Aditamento, a Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos do artigo 784, incisos I e II do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos deste Primeiro Aditamento e da Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 497, 806 e 815 do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos deste Primeiro Aditamento e da Escritura de Emissão. **Cláusula 6ª - Do Foro. 6.1** Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desse Primeiro Aditamento, assim como, da Escritura de Emissão. Estando assim certas e ajustadas, as Partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam este Primeiro Aditamento em 4 vias de igual teor e forma, juntamente com 2 testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam. São Paulo, 13/10/2023. JUCESP nº AD0054306/001 em 09/11/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral

V.S.D.B Empreendimentos e Participações S.A.

(em constituição)

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima Realizada em 29/05/2019
Data/Hora/Local: 29/05/2019, 10hs, em São Paulo/SP, reuniram-se em 1ª convocação os subscritores da totalidade das ações emitidas. **Mesa:** Sr. Samuel Godoi, presidente; Srta. Aline Bento da Silva, secretária. **Deliberações aprovadas:** (i) O projeto do Estatuto Social que já é de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes; (ii) De acordo com o Boletim de Subscrição, que fica fazendo parte integrante desta ata, o capital social de **R\$100,00** dividido em 100 ações ordinárias nominativas, totalmente subscritas sem valor nominal, foi integralmente realizado pelos subscritores. (iii) Aprovado o projeto do Estatuto Social, a sociedade por acionista terá a denominação social de **V.S.D.B Empreendimentos e Participações S.A.** (iv) Eleitos; Sr. **Samuel Godoi**, brasileiro, casado, advogado, para Diretor Presidente; Srta. **Aline Bento da Silva**, brasileira, solteira, assistente, para Diretora sem designação específica; e a Sra. **Lilian Martins Lopes Godoi**, brasileira, casada, psicóloga, para Diretora sem designação específica, todos residentes e domiciliados em São Paulo/SP; ambos com mandato de 3 anos, iniciando-se na presente data e com término em 28/05/2022, podendo ser reeleitos. Ficou estabelecido que o valor dos honorários dos Diretores eleitos serão fixados em Assembleia Geral. Os Diretores eleitos declararam, para os devidos fins não estão incurso em nenhum crime que os impeça de exercer atividade mercantil. Nada mais. São Paulo, 29/05/2019. JUCESP/NIRE nº 3530053778-5 em 24/06/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

RCB Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 08.823.301/0001-27 - NIRE 35.300.341.856

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2023
Data, Horário e Local: 03/10/2023, às 15:00 horas, na Praça General Gentil Falcão, nº 108, 13º andar, conjunto nº 132, Brooklin Novo, em São Paulo-SP. **Convocação e Presença:** Presentes todos os membros em exercício do Conselho de Administração, em razão do que fica dispensada a convocação. **Mesa:** Presidente: Alexandre do Rosário Nobre; Secretário: Renato Proença Prudente de Toledo. **Deliberações Aprovadas por unanimidade:** 1. **Aprovar** o aumento do capital social, mediante a emissão de 1.178 novas ações preferenciais, sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia. As novas ações são emitidas com diluição dos atuais acionistas, nos termos do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações ("Plano SOP") e nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Opção de Compra de Ações ("Contrato de SOP"), celebrados entre a Companhia e o Sr. **Taher Saadeh**, RG nº 40.838.106-1 e CPF/MF nº 369.266.728-06. 1.1. As novas ações preferenciais são emitidas em 2 tranches, referentes a cada uma das outorgas às quais o Sr. **Taher Saadeh** faz jus, pelo Preço de Exercício previsto em cada um dos Contratos de SOP, no seguinte sentido: 1.1.1. **Outorga de 2021:** 654 ações preferenciais, pelo valor de R\$ 195,60 por ação, totalizando R\$ 127.922,40. 1.1.2. **Outorga de 2022:** 524 ações preferenciais, pelo valor de R\$ 361,67 por ação, totalizando R\$ 189.515,08, nos termos do Contrato de SOP celebrado em 09/09/2022. 1.2. As novas ações preferenciais são subscritas e integralizadas pelo Sr. **Taher Saadeh**, acima qualificado. 2. **Aprovar**, nos termos do Plano SOP e dos Contratos de SOP, o exercício da Opção de Recompra das novas ações emitidas, pelo seu valor de mercado. 2.1. Em decorrência do aumento de capital social, o caput do Artigo 6º do Estatuto Social passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 6º - O Capital Social é de R\$ 13.748.249,89 dividido em 2.617.962 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal". 3. **Aprovar** a compensação, pela Companhia, do Preço de Exercício para a emissão das ações preferenciais prevista no item 1. Desta forma, será pago ao Sr. **Taher Saadeh** apenas a diferença entre tais valores, em 18/10/2023. 4. **Aprovar a consolidação** do Estatuto Social da Companhia. 5. **Autorizar** os diretores e/ou procuradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado. São Paulo, 03/10/2023. **Mesa:** **Alexandre do Rosário Nobre** - Presidente e Conselheiro; **Renato Proença Prudente de Toledo** - Secretário e Conselheiro. **Conselheiros:** Antônio José da Barbara; Marcos Bavier Marcos; Alexandre do Rosário Nobre; Edson Marcelo Moreto; Cassiano Ricardo Scarpelli; Renato Proença Prudente de Toledo; Rubia Becker. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 425.270/23-3 em 08/11/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Etze Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 31.534.848/0001-24 - NIRE 35.300.548.141

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
A Diretoria da Companhia, convoca os Srs. Acionistas a se reunirem em AGE, que realizar-se-á no dia 27/11/2023, às 15:00hs, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 50, 10º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, também através de videoconferência, com a seguinte ordem do dia: (A) alterar a designação dos cargos da Diretoria; (B) Proposta de encerramento de filial(is); (C) Aprovação do Orçamento e Plano de despesas para 2024; (D) Consolidação do Estatuto Social. São Paulo/SP, 07/11/2023. **A Diretoria.** (17, 18 e 22/11/2023)

FCBPC Holding S.A.

CNPJ/MF nº 45.240.072/0001-44 - NIRE 35.300.586.239

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 27 de novembro de 2023, às 10h00
FCBPC Holding S.A. ("Companhia") vem, pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para reunirem-se em assembleia geral extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 27 de novembro de 2023, às 10h00, de forma semipresencial, podendo o voto ser exercido pelos acionistas presencialmente, na sede da Companhia, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Magalhães de Castro, nº 4.800, Continental Tower, 9º andar, conj. 91, sala 17, Cidade Jardim, CEP 05.676-120, ou por meio do aplicativo de videoconferência, por meio de link a ser previamente disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI 81"), nos termos do art. 124, § 2º-A, da Lei das S.A., para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) aprovar a rerratificação das atas de assembleia geral extraordinária da Companhia realizadas em 22 de setembro de 2023 e arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 401.051/23-7 ("**AGE 22.09.2023**") e em 27 de outubro de 2023 e arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 425.158/23-8 ("**AGE 27.10.2023**"), respectivamente, para fins de retificar o quórum de acionistas presentes às respectivas assembleias, bem como a quantidade de ações detidas pelos acionistas presentes conforme as listas de presença constantes do Anexo I da AGE 22.09.2023 e da AGE 27.10.2023. Para participação na Assembleia, o acionista deverá solicitar o cadastro para o Jurídico da Companhia, o qual deverá ser feito impreterivelmente até às 15:00 horas do dia 23 de novembro de 2023, por meio do endereço eletrônico marcia.ribeiro@gencoenergia.com.br ("**Cadastro**"). A solicitação deverá conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído que comparecerá à Assembleia, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos (conforme o caso), além de telefone e endereço de e-mail do acionista para envio das informações para participação, acompanhada dos documentos comprobatórios para permitir a participação do acionista na Assembleia, nos termos abaixo. Validada a sua condição e a regularidade dos documentos pela Companhia após o Cadastro, o acionista receberá, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, as instruções para acesso à plataforma digital para participação na Assembleia. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, deverá entrar em contato com o Departamento Jurídico, por meio do e-mail marcia.ribeiro@gencoenergia.com.br, com até, no máximo, 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia, para que seja prestado o suporte necessário. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Sra. Márcia Pacianotto Ribeiro (marcia.ribeiro@gencoenergia.com.br), com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia via digitalizada dos seguintes documentos: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º da Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado. A Companhia reforça ainda que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo/SP, 14 de novembro de 2023. **Eduardo Dal Sasso Mendonça Cruz** - Presidente do Conselho de Administração. (15, 17 e 18/11/2023)

GP Maxluz Holding Ltda.

CNPJ/MF nº 14.138.837/0001-06 - NIRE 35.225.777.010

Edital de Convocação - Reunião de Sócios
Ficam os sócios desta Sociedade, convocados a se reunirem em Reunião de Sócios, a realizar-se no dia 24/11/2023, às 13h00, na sede social na Estrada Municipal Batista Favoretto, nº 350, sala 04, Boituva-SP, para deliberarem sobre a única ordem do dia: (i) conferência de 397.000 ações detidas na Electra Power para a GP Comercializadora. Boituva, 13/11/2023. **Walter C.M Faria** - Administrador. (16, 17 e 18/11/2023)

DÓLAR compra/venda Câmbio livre BC - R\$ 4,8843 / R\$ 4,8849 ** Câmbio livre mercado - R\$ 4,9033 / R\$ 4,9053 * Turismo - R\$ 5,0200 / R\$ 5,1010 (* cotação média do mercado (**) cotação do Banco Central Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,73
OURO BM&F R\$ 282,000
BOLSAS B3 (Ibovespa) Variação: 0,10% Pontos: 124.773 Volume financeiro: R\$ 27,873 bilhões Majores altas: Petrobras ON (4,22%), PETRORECSA ON (3,36%), Petrobras PN (3,26%) Majores baixas: Raizen PN (-5,56%), CVC Brasil ON (-4,31%), Carrefour BR ON (-3,87%) S&P 500 (Nova York): 0,13% Dow Jones (Nova York): 0,01% Nasdaq (Nova York): 0,08% CAC 40 (Paris): 0,91% Dax 30 (Frankfurt): 0,84% Financial 100 (Londres): 1,26% Nikkei 225 (Tóquio): 0,48% Hang Seng (Hong Kong): -2,12% Shanghai Composite (Xangai): 0,11% CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,12% Merval (Buenos Aires): 7,11% IPC (México): 0,41%
ÍNDICES DE INFLAÇÃO IPCA/IBGE Maio 2023: 0,23% Junho 2023: -0,08% Julho 2023: 0,12% Agosto 2023: 0,23% Setembro 2023: 0,26%

Cotação das moedas



Coroa (Suécia) - 0,4633	Peso (Chile) - 0,005502
Dólar (EUA) - 4,8849	Peso (México) - 0,2838
Franco (Suíça) - 5,5122	Peso (Uruguai) - 0,1235
Iene (Japão) - 0,03266	Yuan (China) - 0,6773
Libra (Inglaterra) - 6,0749	Rublo (Rússia) - 0,05494
Peso (Argentina) - 0,0138	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,3192

Negócios

Além da maquininha: o plano da Stone para dobrar o lucro em quatro anos



A Stone surpreendeu o mercado ao apresentar resultados superiores ao esperado no terceiro trimestre. Segundo a administração da empresa, os investidores podem manter boas expectativas, uma vez que a meta é atingir um resultado anual de R\$ 1,9 bilhão até 2024, com projeções que ultrapassam os R\$ 4,3 bilhões em 2027, mais do que dobrando a última linha do balanço. Essa ambição foi anunciada durante o Investor Day da empresa, realizado em Nova York na última quarta-feira, 15.

O CEO Pedro Zinner explicou que a Stone construiu um modelo de negócios rentável e gerador de caixa. Agora, a empresa pretende utilizar a eficiência para a pri-

morar a rentabilidade, focando nas oportunidades mais rentáveis, enquanto mantém o histórico de priorizar a velocidade de crescimento.

O destaque principal recai sobre o segmento de micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), que ganha ainda mais ênfase. A Stone planeja superar a média de mercado, visando um volume de pagamentos processados (TPV) acima de R\$ 600 bilhões em 2027, com uma taxa cobrada por transação (take rate) de 2,7%.

Em uma entrevista, Zinner reforçou que a intenção não é alterar a estratégia, mas tornar a execução transparente e concentrada nas oportunidades mais vantajosas. Embora o core business permaneça na aquisição, a Sto-

ne busca expandir além das maquininhas de cartão, integrando os negócios de serviços financeiros e software.

A combinação desses setores impulsionará a estratégia de crescimento, com o objetivo de avançar no mercado brasileiro e levar os produtos financeiros aos clientes do negócio de software. Quatro frentes prioritárias foram estabelecidas: varejo, alimentação, farmácias e postos de gasolina, consolidando a Stone como uma solução “one-stop-shop” para seus clientes MPMEs.

Zinner ressaltou: “Estamos dando visibilidade para o mercado sobre as verticais em que vemos a maior possibilidade de extração de valor ao combinar serviços financeiros e software”.

“Com onda de calor, vendemos 200% a mais neste mês”, diz CEO da Sorvetes Rochinha

Muitos empreendedores sofrem com o impacto do calor intenso, mesmo antes do início oficial do verão. No entanto, esse não é o caso das empresas de sorvete. A Sorvetes Rochinha, por exemplo, experimentou um aumento significativo nas vendas desde o início de novembro até esta segunda-feira, 13, com uma média de crescimento de 200% em comparação com o mesmo período do ano passado, de acordo com Lupércio Moraes, CEO da marca.

“Mês passado, registramos um aumento de 350% nas vendas em relação a 2022, e com a segunda onda de calor neste mês, já observamos um acréscimo de 200% nas vendas em comparação ao ano anterior.”

Apesar de serem benefícios para o faturamento da marca, esses aumentos repentinos representam desafios para a gestão, conforme destaca o CEO. Ele resalta a importância de um planejamento

estratégico de longo prazo no setor de sorvetes, dada a natureza volátil das vendas impulsionadas por ondas de calor.

Dirigir a indústria de sorvetes, segundo o CEO, é desafiador devido à falta de dados históricos acumulados ao longo do tempo. As ondas de calor geram picos de vendas momentâneos, especialmente quando 75% das vendas são por impulso, como é o caso da Sorvetes Rochinha.

No entanto, o CEO alerta sobre a dificuldade de lidar com uma onda de calor prolongada, que pode resultar em um aumento tão significativo nas vendas que a cadeia de produção e logística se torna insuficiente para atender à demanda.

Para enfrentar esses desafios, o CEO destaca estratégias, como monitorar previsões meteorológicas, manter uma boa frota em regiões de alta demanda e realizar reuniões regulares para avaliar riscos de falta de produtos e problemas na cadeia de abastecimento.

Exame



Primeiro navio movido a hidrogênio verde chega ao Brasil defendendo etanol



Nos fundos de um hotel de Fortaleza, dezenas de turistas caminham em uma pista de cooper ou nadam na piscina sem notar os cinco barcos atracados no cais ao lado. Eles nem imaginam que uma dessas embarcações vale 6 milhões de euros (R\$ 32 milhões) e é homenageada pela Presidência francesa. Trata-se do Energy Observer, o primeiro navio movido a hidrogênio verde do mundo.

A embarcação chegou à capital cearense na quarta-feira (15) e ficará na cidade até a próxima semana.

O Energy Observer começou a ser desenvolvido em 2013 pelo marinheiro Victorien Erussard, a partir da compra de um catamarã que

pertencia ao velejador canadense Mike Birch primeiro campeão da tradicional Rota do Rum, corrida de veleiros que liga a França continental a Guadalupe, no Caribe. O barco também já passou pelas mãos do campeão neozelandês Peter Blake, assassinado em Macapá no início dos anos 2000.

Desde então, o projeto recebeu milhões de euros de investimentos, e do catamarã original só restaram cacos. Hoje, a embarcação a velas produz energia solar, hidráulica e de hidrogênio.

A intenção do Energy Observer é testar as energias renováveis ao limite. O navio se move por meio de duas velas de 31,5 metros e por energia solar, captada pelos 202

m² de painéis fotovoltaicos. A embarcação também armazena até 63 quilos de hidrogênio, que são convertidos em eletricidade em momentos de condições climáticas desfavoráveis. Esse armazenamento equivale ao consumo de energia de uma família de quatro pessoas em um mês e dez dias. A família do Energy Observer é quase desse tamanho. São dez cientistas, engenheiros e marinheiros, com 27 a 40 anos, que se revezam a cada dois meses em grupos de cinco. No barco, eles dormem em cápsulas que causariam pavor a claustrofóbicos.

“Somos como uma família, vivemos juntos e passamos inclusive momentos difíceis juntos”, diz Beatrice Cordiano.

Pedro Lovisi/Folhapress